

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**

Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária do 5º Período Ordinário da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos cinco dias do mês de junho do ano dois mil e dezenove, no Plenário Lucelindo Farias Tavares da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Joanyr da Rocha Estumano, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Antônio Odinélio Tavares da Silva Junior, Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, Joseane de Oliveira Seixas, Marta Monteiro Godinho, Carmela Lucia Teixeira da Costa, Arnaldo de Oliveira Gemaque; Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, José Maria Calderaro Filho, Manoel José da Cruz Malcher e Francisco Azevedo Pereira. Ausentes os vereadores: Rafael Tavares Costa, Edivaldo Jorge Castro de Souza e Ivalter Barbosa Cardoso Filho, este último com ausência justificada por se encontrar devidamente licenciado. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º Secretário, que procedesse a leitura da ata da última sessão realizada na Casa, a qual lida, submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário, que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Parecer nº 024/19, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 021/2019, de autoria do vereador Raimundo Tomé Wanzeler, que dispõe sobre a colocação de Placas indicativas com nome, CEP e Bairros nas ruas e outros Logradouros Públicos da cidade de Oriximiná; Parecer nº 023/2019, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 027/2019, de autoria do vereador Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, que obriga os estabelecimentos públicos e privados localizados no Município, dar atendimento prioritário as pessoas portadoras do transtorno do Espectro do Autismo (TEA) não podendo reter em fila, tais cidadãos, bem como inserir, nas placas de atendimento prioritário, o símbolo municipal do Autismo, e, nas Placas indicativas de Vagas preferenciais em estacionamento de garagens, mensagens educativas; Parecer nº 032/19, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 031/19, que retifica a Lei nº 3.626, de 7 de maio de 1981, alterando a metragem do terreno aforado em nome do Sr. Orlando Duarte Vidal e traspassado para o Sr. Antônio Clementino

Bezerra, nos termos que especifica; Pedido de licença do vereador Ivalter Barbosa; solicitando um dia de licença no dia 05 de junho do ano em curso, em virtude de problema de saúde; Ofícios nrs. 141 e 142/2019, expedidos ao Prefeito Municipal; Ofícios nrs. 174, 279 e 511/19, recebidos de diversos. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Ocupou a tribuna o vereador Raimundo Tomé, reportou-se sobre os projetos de leis oriundos do Executivo Municipal, que foram lidos na sessão anterior. Acrescentou o Edil que acha desnecessário o vereador Zequinha Calderaro procurar o Ministério Público, antes que os mesmos tramitassem nas comissões competentes deste Parlamento, uma vez que ainda vão ser analisados por todos os vereadores. Mas nada contra o pronunciamento do vereador Zequinha, mas causou constrangimento a esta Casa, que foi bastante criticada nas redes sociais. Agora era preciso que a procuradora do Município alertar o Prefeito sobre a legalidade dos referidos Projetos de Leis, para que ele não cometa o erro de criar cargos com data retroativa. A seguir ocupou a tribuna a vereadora Ana Cleyde, disse que esteve com o secretário de governo regional, para tratar do requerimento que apresentou solicitando mais agentes penitenciário para Oriximiná, até porque em setembro via terminar o contrato com os mesmos, no que ele prometeu resolver o problema. Continuando a nobre vereadora falou sobre o ofício que recebeu do gerente de recursos humanos da MRN, em resposta ao seu requerimento que solicitava informações o porquê da não contratação da mão de obra local para o cargo de vigilante na empresa ATQ Serviços de Segurança. Disse discordar da resposta porque contactou com o SINE local, teve informação que existe 40 candidatos cadastrados para o cargo de vigilante, no ofício diz que dos quinze currículos apenas um estava apto a ocupar a vaga oferecida pela empresa, diz não acreditar até porque para o cargo de vigilante não é necessário tantos requisitos. Assegurou a vereadora Ana Cleyde que vai continuar lutando para que seja contratada a mão de obra de nosso município pelas empresas que prestam serviços na MRN. A seguir fez uso da palavra o vereador Ludugero Junior, dizendo que lhe causou surpresa com a postagem em redes sociais do vereador Zequinha a respeito dos projetos de leis oriundos do executivo que trata sobre a criação de cargos, lidos no expediente da sessão anterior, até porque os mesmos ainda não foram tramitados nas comissões competentes deste Poder. Disse que isto demonstra duvidar da capacidade de outros vereadores, que estão sendo criticados nas redes sociais. Então é preciso que se tenha o cuidado de publicar certas situações que envolve esta Instituição, para que não seja colocada em cheque. Acrescentou ainda o nobre vereador que lhe foi repassado nesta sessão os referidos projetos de Leis, como presidente da comissão de constituição e justiça, vai designar o relator para que emitir o parecer sobre os mesmos, por ser filho do prefeito, para não haver nenhum comentário desagradável sobre o assunto. Com a palavra o vereador

Manoel Malcher, disse também discordar da resposta da gerente do RH da Mineração, até porque o SINE local não conformou o relato da empresa ATQ Serviços de Segurança. Lembrou o vereador do acordo que a MRN fez com o município de Oriximiná em relação a contratação a mão de obra local. Portanto devemos unir forças para lutar para que a mão de obra de Oriximiná seja valorizada pelas empresas que prestam serviços naquela mineradora. Com a palavra o vereador Zequinha, disse que levou ao Ministério Público a notícia dos fatos. Agora não tem culpa do prefeito ter uma péssima assessoria jurídica, quando não alerta o prefeito que não pode criar cargos com data retroativa, e sim no presente e no futuro. Disse ainda que não ágil de má fé, até porque existe sim improbidade administrativa, quando o prefeito cria 28 novos cargos, que já estão sendo ocupados desde de janeiro do ano em curso, inclusive estão recebendo os vencimentos corretamente, de acordo com as folhas de pagamentos que possui. Citou como exemplo o cargo de assessor especial de gabinete recebe mais de dez mil reais. Então isto demonstra que o prefeito mandou os referidos projetos para ter respaldo legal, para responder o requerimento de apresentou em sessões anteriores sobre o assunto. Afirmou o vereador Zequinha ser um ato ilegal e imoral do Prefeito Ludugero. Disse que está trabalhando numa ação, que vai apresentar junto ao Ministério Público, no sentido de barra a tramitação dos referidos Projetos de Leis nesta Casa. Finalizou dizendo que foi o prefeito que deixou esta Casa em cheque não sua publicação nas redes sociais. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, disse que no seu ponto vista, os projetos de leis lidos na sessão anterior, o vereador Zequinha não deveria levar imediatamente ao Ministério Público, uma vez que os mesmos ainda não foram analisados pelas comissões competentes, como também por nenhum vereador. Então devemos ter o cuidado de publicar certas situações em redes sociais, até porque os demais vereadores já foram julgados e condenados sem o direito de se defender. Disse ainda que esta Casa de Leis perde forças quando tudo se judicializa. Continuando a nobre vereadora lembrou que apresentou um adendo ao requerimento da vereadora Ana Cleyde, solicitando a presença do proprietário da empresa ATQ serviços e segurança, não veio a resposta. Diante o exposto a nobre vereadora solicitou a Mesa Diretora que fosse reiterado o referido ofício. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente colocou-a a disposição dos Líderes Partidários. Ocupou a tribuna o vereador Zequinha, após ter sido concedido a palavra pelo vereador Arnaldo líder do PSD. Disse o Edil que não judicializou nada junto ao Ministério Público e sim noticiou um fato, tanto que fez a leitura da declaração do Promotor. Disse ainda que está trabalhando numa representação junto ao Ministério Público, neste caso se trata de judicialização. Acrescentou o vereador Zequinha que a assessoria jurídica do prefeito não teve o cuidado de alertar o prefeito para não cometer esse erro infantil, de criar cargos com data retroativa. O prefeito que deixa esta Casa em cheque encaminhando

projetos dessa natureza. Em parte o vereador Raimundo Tomé, disse que mesmo que os projetos sejam aprovados, não valida as nomeações dos cargos que estão sendo criados. Continuando o vereador Zequinha, disse concordar com as colocações do vereador Tomé, até porque se cria cargos no presente e para o futuro. Então o prefeito cometeu sim impropriedade administrativa, inclusive ele acaba assumindo réu confesso, até porque tem as folhas de pagamento da prefeitura, onde consta que as pessoas ocupantes desses 28 cargos recebem desde janeiro deste ano. Falou ainda dos tramites regimentais com apresentação de uma denúncia neste Poder. Disse ainda o vereador Zequinha, que estamos exercendo a função de fiscal dos atos do executivo. A seguir fez uso da palavra o vereador Ludugero Junior, disse que o vereador Zequinha ágil de forma intencional, tentando jogar a população de encontro com este Poder, o que não concorda. Disse ainda quando o vereador Zequinha procurou diretamente o Ministério Público, esta desmerecendo o trabalho dos demais vereadores. Disse ser notório esse joguinho político, de que apenas um vereador trabalha neste Poder, o que não concorda porque todos trabalham em prol da população, agora cada um à sua maneira. Lembrou o orador quando o vereador Zequinha falou que alguns ex-secretários continuavam recebendo, foi comprovado que eles receberam o que de direito através de rescisão. Então o vereador colocou essa Casa em cheque pela publicação nas redes sociais. Por esta razão manifestou seu repudio ao ato do vereador Zequinha em querer jogar a população de encontro com este Poder. A seguir fez uso da palavra o vereador Quinho, após saudar os presentes, disse que é membro da comissão de constituição e justiça, tece conhecimento que nesta sessão foi repassados os projetos a referida comissão, ou se, os projetos não foram analisados pelos vereadores. Então não podemos fazer julgamento antecipado. Portanto os projetos ainda não foram aprovados. Continuando o nobre vereador reportou-se sobre a resposta da MRN, ao requerimento da vereadora Ana Cleyde. Disse também não acreditar que apenas um currículo estava apto a ocupar o cargo de vigilante na empresa ATQ serviços e segurança, até porque não requer muitos requisitos. Afirmou o vereador que vai continuar lutando juntamente com outros vereadores para que seja contratada a mão de obra local pelas empresas que prestam serviços na MRN. Em seguida passou o restante do tempo da liderança do PR a vereadora Josy Seixas, que após fazer suas saudações, disse que no seu entendimento, o vereador Zequinha não deveria levar ao conhecimento do Ministério Público sem antes os projetos serem analisados pelas comissões competentes deste Poder. Disse que se o prefeito contratou pessoas para ocupar cargos inexistentes é outra situação. Agora os projetos podem até sofrer emendas em relação a data retroativa, portanto não se deve fazer julgamento precipitado. Em aparte o vereador Zequinha disse que não fez julgamento precipitado e sim noticiou ao Ministério Público, tanto que existe três elementos para

trabalhar em uma denúncia, ainda não disse qual, mas vai escolher a melhor. Agora seu mandato de vereador ninguém vai ditar a forma como vai fazer. Pois seu intuito é noticiar seu trabalho a população oriximinaense. Disse ainda que toda matéria após lida no expediente da sessão se torna público, por esta razão que deu publicidade aos projetos de leis, oriundos do Executivo Municipal. Continuando a vereadora Josy disse que ninguém quer tolhi o trabalho de ninguém, agora no seu entendimento esta Casa foi desconsiderada sim, no momento que o vereador Zequinha levou ao Ministério Público o teor dos projetos de leis, sem antes terem sido analisados pelos demais vereadores. Portanto devemos ter prudência, quando for publicar algo que envolve esta Casa, até porque as redes sociais virou um verdadeiro tribunal, onde julgam, condenam as pessoas sem o direito de defesa, o que é lamentável. Com a palavra o vereador Raimundo Tomé, inicialmente falou sobre o ofício da MRN, acrescentando que aquela mineradora sempre desrespeitou a população oriximinaense em todos os aspectos. Disse que o atual governador solicitou o empenho do executivo e do legislativo, para cobrar mais investimento da MRN na área social do município de Oriximiná. Disse ser de praxe as empresas que prestam serviços a MRN contratarem mão de obra de fora. Em aparte o vereador Zequinha Calderaro, disse que esteve nas Mineração recentemente, onde observou que dentre 150 trabalhadores tinha apenas dois oriximinaense, como também tem uma empresa oriximinaense do Sr. Amarildo Sarubi, que presta serviços naquela mineradora. Em aparte a vereadora Ana Cleyde disse que aquelas empresas podem empregar quem quiser, mais houve um acordo da MRN e o município de Oriximiná, sobre a contratar de mão de obra local, mais este acordo não está sendo cumprido por parte daquela empresa. Continuando o vereador Raimundo Tomé, disse que devemos lutar por mais investimento por parte da MRN na área social do nosso município. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente interrompeu a sessão para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o Parecer nº 024/19, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 021/2019, de autoria do vereador Raimundo Tomé Wanzeler, que dispõe sobre a colocação de Placas indicativas com nome, CEP e Bairros nas ruas e outros Logradouros Públicos da cidade de Oriximiná. Dito Parecer, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o Parecer nº 023/2019, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 027/2019, de autoria do vereador Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, que obriga os estabelecimentos públicos e privados localizados no Município, dar atendimento prioritário as pessoas portadoras do transtorno do Espectro do Autismo (TEA) não podendo reter em fila, tais

cidadãos, bem como inserir, nas placas de atendimento prioritário, o símbolo municipal do Autismo, e, nas Placas indicativas de Vagas preferenciais em estacionamento de garagens, mensagens educativas. Dito Parecer, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o Parecer nº 032/19, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 031/19, que retifica a Lei nº 3.626, de 7 de maio de 1981, alterando a metragem do terreno aforado em nome do Sr. Orlando Duarte Vidal e traspassado para o Sr. Antônio Clementino Bezerra, nos termos que especifica. Dito Parecer, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação o Sr. Presidente passou a Segunda parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para a próxima terça feira no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, \_\_\_\_\_, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário